JORNAL DE BRASÍLIA

TERÇA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 1983 — Página 4

Sarney contra abusos com Lei de Segurança Nacional

"A Lei de Segurança Nacional deve ficar contida nos aspectos que digam respeito estritamente à segurança nacional, sem extrapolar para outras áreas que podem ser identificadas como de natureza política e que devem ficar afetas à legislação comum" — foi o comentário que o presidente do PDS, senador José Sarney, fez a propósito do possível envio, pelo poder Executivo, de mensagem ao Congresso reformulando a atual legislação sobre a matéria, até o mês de junho.

"Não tenho nenhuma informação sobre o envio da matéria nem sobre a data", concordou o líder do governo, Nélson Marchezan.

Sarney acrescentou ainda que "o governo vai esperar as conclusões da comissão do Senado, constituída para discutir o assunto. Se ele enviasse agora sua proposta de alteração, atropelaria o trabalho da comissão. O PDS apoiou a criação da referida comissão, numa providência objetiva para examinar o assunto".

O presidente do PDS assinalou que há um consenso básico entre todos os brasileiros segundo os quais nenhum País pode viver sem um estatuto que defenda o Estado. A reforma da lei atual "deve ficar restrita aos dispositivos que eventualmente antagonizem a abertura democrática.